



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h**
- Tempo mínimo para entrega da prova: 40 min.

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 6º PERÍODO - DATA: 28/09/2026

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D

"Respire fundo e confie nas horas de estudo que te trouxeram até aqui.

O futuro do Direito precisa de profissionais dedicados como você.

Boa prova!"

Disciplina: Direito Processual Civil III
Professora: Andréia de Paula Viana Hirose

Questão 01

Nos termos do Art. 240 do Código de Processo Civil, a citação válida produz diversos efeitos, tanto no âmbito processual quanto no material. Sobre esses efeitos, assinale a alternativa correta:

- A) A citação válida induz litispendência, mas seus efeitos só se produzem se ela tiver sido ordenada por juiz competente.
- B) A citação válida obsta à constituição do devedor em mora até que ocorra o trânsito em julgado da decisão.
- C) A interrupção da prescrição, promovida pela citação válida, retroagirá à data da propositura da ação.
- D) A ausência de citação constitui vício insanável que impede a existência do processo, não podendo ser suprida pelo comparecimento espontâneo do réu.

Questão 02

Em uma ação de cobrança sob o rito comum, o autor requer a citação do réu por meio postal. A carta com Aviso de Recebimento (AR) é entregue na portaria do condomínio edilício onde reside o citando, sendo recebida e assinada pelo funcionário encarregado pelo controle de acesso. À luz do Código de Processo Civil de 2015 e do princípio da pessoalidade, assinale a resposta correta:

- A) A citação é válida, pois, nos condomínios edilícios ou loteamentos com controle de acesso, considera-se válida a entrega da correspondência citatória ao funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondências, que poderá recusá-la caso declare, por escrito, sob as penas da lei, que o destinatário está ausente.
- B) A entrega da carta de citação ao porteiro do condomínio configura citação ficta por hora certa de pleno direito, devendo o juiz nomear curador especial caso o réu não apresente contestação no prazo legal.
- C) O funcionário da portaria é obrigado a receber a correspondência citatória sob pena de cometimento imediato de crime de desobediência e ato atentatório à dignidade da justiça, não lhe sendo franqueada nenhuma hipótese de recusa
- D) O ato citatório é nulo por violar frontalmente o princípio da pessoalidade, que exige a entrega da correspondência em mãos próprias do citando, sem qualquer exceção em ambientes residenciais coletivos.

Questão 03

A respeito da audiência de conciliação, regulamentada pelo art. 334 do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- A) A audiência não será realizada se apenas o autor manifestar expressamente o seu desinteresse na petição inicial.
- B) O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa.
- C) O réu deve ser citado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias para o comparecimento à audiência de conciliação ou de mediação.
- D) A multa aplicada em razão da ausência injustificada de qualquer das partes à audiência de conciliação será revertida em benefício da parte contrária.

Questão 04

A concessão da tutela de urgência (Art. 300) exige, cumulativamente, a demonstração de:

- A) Prova documental irrefutável e ausência de contestação por parte do réu.
- B) Probabilidade do direito e perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

- C) Requerimento de ambas as partes e depósito caução obrigatório em todos os casos.
D) Parecer favorável do Ministério Público e citação prévia de todos os interessados.

Questão 05

O réu tem o dever de manifestar-se precisamente sobre cada um dos fatos narrados pelo autor na petição inicial, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos que não forem especificamente impugnados. O CPC, entretanto, estabelece exceções a esse ônus. Assinale a alternativa que apresenta sujeito processual ao qual não se aplica o ônus da impugnação especificada dos fatos:

- A) O réu representado por advogado particular regularmente constituído nos autos.
B) A pessoa jurídica de direito privado que figura no polo passivo da demanda.
C) O réu representado por advogado contratado mediante procuração particular.
D) O curador especial nomeado ao réu revel citado por edital ou com hora certa.

Disciplina: Direito dos Contratos II

Professor: Guilherme T. Palhares

Questão 06

João, proprietário de um imóvel rural, celebrou contrato de compra e venda com Pedro. As partes convencionaram que João poderia, no prazo de dois anos, recobrar o imóvel vendido, restituindo ao comprador o preço recebido e reembolsando as despesas realizadas. Durante esse período, Pedro vendeu o imóvel a Carlos, que tinha conhecimento da cláusula existente no negócio anterior.

Considerando as disposições do Código Civil acerca da compra e venda, é CORRETO afirmar:

- (A) A cláusula é nula, pois a compra e venda transfere definitivamente a propriedade, sendo vedado ao vendedor reservar para si o direito de reaver o imóvel.
(B) Trata-se de preempção ou preferência, pela qual o comprador fica obrigado a oferecer o imóvel ao vendedor caso pretenda posteriormente aliená-lo.
(C) Trata-se de retrovenda, podendo João exercer o direito de recobrar o imóvel dentro do prazo convencionado, inclusive contra terceiro adquirente.
(D) A cláusula somente produziria efeitos se o prazo estipulado não fosse superior a um ano.

Questão 07

Antônio é proprietário de um apartamento avaliado em R\$ 500.000,00 e pretende permutá-lo por um imóvel pertencente a seu filho Bruno, avaliado em R\$ 480.000,00. Antônio possui, além de Bruno, outros dois filhos. Estes não participaram do negócio nem manifestaram consentimento.

Considerando as disposições do Código Civil acerca da troca ou permuta, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A permuta é válida, pois a exigência de consentimento dos demais descendentes aplica-se exclusivamente à compra e venda entre ascendente e descendente.
(B) A permuta será anulável se os valores dos bens forem desiguais e não houver consentimento dos outros descendentes e do cônjuge do alienante, ressalvada a hipótese legal relativa ao regime de bens.
(C) A permuta é nula de pleno direito sempre que realizada entre ascendente e descendente, independentemente do valor dos bens trocados.
(D) A desigualdade dos valores é juridicamente irrelevante, pois as regras da compra e venda não são aplicáveis à troca.

Questão 08

Uma joalheria entregou dez relógios a Carlos para que ele os vendesse pelo preço previamente estimado, facultando-lhe, caso não conseguisse vendê-los, restituí-los no prazo de 60 dias. Antes do término do prazo e sem culpa de Carlos, três relógios foram furtados durante um assalto ao estabelecimento.

À luz das disposições do Código Civil sobre o contrato estimatório, é CORRETO afirmar:

- (A) Carlos está liberado do pagamento referente aos três relógios, pois a perda ocorreu sem culpa sua.
- (B) Carlos somente responderá pelo valor dos relógios se a joalheria comprovar que o furto decorreu de negligência na guarda dos bens.
- (C) Carlos permanece obrigado a pagar o preço estimado dos relógios que não puder restituir em sua integridade, ainda que a impossibilidade de restituição decorra de fato a ele não imputável.
- (D) O furto extingue automaticamente o contrato estimatório em relação a todos os relógios entregues.

Questão 09

Marcelo, viúvo e proprietário de patrimônio avaliado em R\$ 2.000.000,00, possui dois filhos. Decide doar gratuitamente a um amigo bens avaliados em R\$ 1.500.000,00, permanecendo em seu patrimônio bens no valor de R\$ 500.000,00. Não existem dívidas relevantes.

Considerando as disposições do Código Civil acerca da doação, é CORRETO afirmar:

- (A) A doação é integralmente nula, pois a existência de herdeiros necessários impede qualquer liberalidade em favor de terceiros.
- (B) A doação é plenamente válida, pois a proteção da legítima somente produz efeitos após a abertura da sucessão.
- (C) A doação é nula quanto à parte que exceder aquela de que Marcelo poderia dispor em testamento no momento da liberalidade.
- (D) A doação somente poderá ser questionada pelos filhos depois da morte do doador, sendo impossível qualquer limitação jurídica enquanto ele estiver vivo.

Questão 10

Roberto alugou de Fernando, pelo prazo de dois anos, determinada máquina agrícola. Durante a vigência do contrato, surgiu defeito decorrente do desgaste natural de componente interno do equipamento, tornando a máquina temporariamente imprópria para o uso contratado. Não houve utilização inadequada por Roberto.

Considerando exclusivamente as regras do Código Civil relativas à locação de coisas, é CORRETO afirmar:

- (A) Compete necessariamente ao locatário realizar todos os reparos na coisa durante a vigência da locação, ainda que decorrentes de desgaste natural.
- (B) O locador é obrigado a manter a coisa, durante o tempo do contrato, em estado de servir ao uso a que se destina, ressalvada estipulação expressa em contrário.
- (C) O locador somente responde por defeitos existentes antes da celebração do contrato, nunca por problemas surgidos posteriormente.
- (D) O locatário deve suportar integralmente o prejuízo porque, com a tradição da coisa, todos os riscos de sua deterioração são automaticamente transferidos a ele.

Disciplina: Direito Penal – Parte Especial IV Professor: André de Paula Viana
--

Questão 11

Tendo em vista as disposições do Código Penal sobre os crimes contra a fé pública, assinale a alternativa correta a respeito do crime de moeda falsa:

- a) A falsificação de moeda deve ser perfeita, de modo que a falsificação grosseira, incapaz de ludibriar o homem médio, também configura o crime previsto no artigo 289 do Código Penal.

- b) Quem recebe de boa-fé moeda falsa ou auditada e, após conhecer a falsidade, a restitui à circulação, responde por crime com pena de detenção ou multa (figura privilegiada).
- c) O crime de moeda falsa admite a modalidade culposa quando o agente não observa o dever objetivo de cuidado ao receber a nota.
- d) A fabricação de moeda falsa é punida com a mesma pena, independentemente de se tratar de moeda metálica ou papel-moeda, inexistindo previsão de qualificadora para funcionário público.

Questão 12

No que tange aos crimes de falsidade documental previstos no Código Penal, assinale a opção correta:

- a) O testamento particular, os livros mercantis e as ações de sociedade comercial são equiparados a documento público para fins de aplicação da pena do crime de falsificação de documento público.
- b) A falsificação de documento particular exige que o documento seja registrado em cartório de títulos e documentos para a sua consumação.
- c) A falsificação de cartão de crédito ou de débito é equiparada à falsificação de documento particular para todos os efeitos penais.
- d) O crime de falsidade ideológica distingue-se do crime de falsificação de documento público porque, na falsidade ideológica, a forma do documento é falsa, embora a ideia nele contida seja verdadeira.

Questão 13

No que tange ao crime de Falsidade Ideológica (Art. 299 do CP), assinale a alternativa correta:

- a) Aumenta-se a pena de terça parte se o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é inserida em assentamento de registro civil.
- b) O crime exige para sua configuração que a falsificação seja material, isto é, que haja adulteração física na estrutura ou no texto do documento original.
- c) Não se exige qualquer elemento subjetivo especial do tipo, bastando a simples omissão ou inserção de declaração falsa sem necessidade de fim de prejudicar direito ou criar obrigação.
- d) Trata-se de crime próprio, que só pode ser praticado por funcionário público no exercício de suas funções operacionais.

Questão 14

A respeito do crime de Uso de Documento Falso (Art. 304 do CP), considere a doutrina e jurisprudência majoritárias e assinale a alternativa correta:

- a) O agente que falsifica o documento público e, em seguida, faz uso do mesmo documento perante a autoridade competente responde por dois crimes em concurso material (falsificação + uso).
- b) O uso de cópia reprográfica (xerox) não autenticada de documento público configura perfeitamente o crime do Art. 304 do Código Penal.
- c) A pena cominada ao crime de uso de documento falso é a mesma cominada à falsificação ou à alteração do documento utilizado pelo agente.
- d) A apresentação voluntária do documento falso por exigência ou solicitação de autoridade policial descaracteriza a conduta do crime de uso de documento falso.

Questão 15

Em relação aos crimes de Falso Reconhecimento de Firma ou Letra (Art. 300) e Certidão ou Atestado Ideologicamente Falso (Art. 301), assinale a alternativa correta:

- a) O falso reconhecimento de firma ou letra pode ser praticado por qualquer pessoa do povo, não exigindo qualidade especial do sujeito ativo.
- b) No crime de atestado ideologicamente falso (Art. 301), se o fato é praticado com o fim de lucro, aplica-se, além da pena privativa de liberdade, a pena de multa.
- c) O médico particular que atesta falsamente doença para beneficiar paciente comete o crime previsto no Art. 301 do Código Penal.

d) A certidão ou atestado ideologicamente falso consuma-se no momento em que a autoridade competente descobre a falsidade contida no documento.

Disciplina: Direito Coletivo do Trabalho Professor: Christiano Francisco Vitagliano
--

Questão 16

Assinale a alternativa incorreta quanto ao Direito Coletivo do Trabalho.

- a) O princípio da adequação setorial negociada, impõe que nas empresas os setores devem enquadrar seus funcionários de acordo com o estabelecido em instrumento coletivo
- b) Liberdade de aderir a sindicato, o que importa na vedação de medidas discriminatórias.
- c) Na esfera da autonomia do sindicato inserem-se sua liberdade de funcionamento.
- d) Liberdade de fundação de sindicato. Os sindicatos podem ser criados sem a necessidade de autorização estatal.

Questão 17

Pode ser objeto de negociação coletiva de acordo com a CLT, salvo (assinale o que não pode ser objeto de negociação):

- a) regulamento empresarial.
- b) representante dos trabalhadores no local de trabalho.
- c) teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente.
- d) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos

Questão 18

Pode ser objeto de negociação coletiva, salvo (assinale o que não pode ser objeto de negociação):

- a) pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais.
- b) banco de horas anual.
- c) intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas.
- d) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador

Questão 19

Pode ser objeto de negociação coletiva de acordo com a CLT, salvo (assinale o que não pode ser objeto de negociação):

- a) enquadramento do grau de insalubridade;
- b) prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho;
- c) prêmios de incentivo em bens ou serviços, eventualmente concedidos em programas de incentivo
- d) definição legal sobre os serviços ou atividades essenciais e disposições legais sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade em caso de greve.

Questão 20

São considerados princípios específicos de Direito Coletivo do Trabalho, exceto:

- a) Princípio da proteção ao trabalhador, dada a diagonalidade da relação contratual coletiva
- b) Princípio da adequação setorial negociada.
- c) Princípio da liberdade de filiação.
- d) Princípio da interveniência sindical profissional na negociação coletiva.

Disciplina: Ética Profissional
Professora: Juliana Soler

Questão 21

O advogado Lucas foi contratado por uma grande multinacional do ramo alimentício para defender a empresa em uma ação civil pública relacionada a supostos danos ambientais. Durante a instrução processual, a diretoria da empresa exige formalmente que Lucas apresente um parecer técnico fraudulento para protelar o andamento do processo e coagir testemunhas. Ciente de seus deveres éticos e da relevância da sua função, Lucas recusa expressamente a determinação da diretoria, afirmando que não praticará atos ilegais nem se submeterá a pressões do contratante para violar a boa-fé processual.

Considerando os princípios da Deontologia Forense, assinale a alternativa correta sobre a conduta de Lucas:

- a) Lucas agiu incorretamente, pois o princípio da fidelidade obriga o advogado a cumprir todas as determinações e ordens diretas emanadas do seu cliente contratante.
- b) A conduta de Lucas pautou-se no princípio da independência profissional e na diretriz de agir segundo a ciência e a consciência, visto que o advogado possui autonomia técnica e não deve se submeter a pressões externas ou ordens ilegais do cliente.
- c) Lucas violou o princípio da correção profissional ao desautorizar a diretoria da empresa, devendo ter acatado a ordem e deixado a responsabilidade penal exclusivamente para a pessoa jurídica.
- d) Lucas agiu com base no princípio da discricionariedade absoluta, o qual permite ao advogado rescindir o contrato sem qualquer fundamentação técnica sempre que discordar do cliente.

Questão 22

Dra. Mariana atuou por cerca de três anos como advogada de um empresário em demandas da área de Direito de Família e Patrimonial, tomando conhecimento de dados sigilosos referentes à estrutura financeira e patrimonial do cliente. Após o encerramento formal do contrato e o término de todas as ações judiciais em andamento, Mariana foi procurada pela ex-esposa desse mesmo empresário para propor uma nova ação de partilha de bens ocultos, utilizando-se das informações confidenciais obtidas durante o mandato anterior.

Com base nos princípios morais e éticos da Deontologia Forense, assinale a opção correta:

- a) Mariana pode aceitar a nova causa sem restrições, uma vez que o princípio da reserva (sigilo profissional) extingue-se automaticamente com o encerramento do contrato de prestação de serviços.
- b) A advogada deve recusar a causa, pois o dever de reserva (sigilo profissional) permanece mesmo após o encerramento da atuação profissional, e a fidelidade ao cliente veda a defesa de interesses conflituosos fundados em dados confidenciais prévios.
- c) Mariana poderá aceitar a causa desde que cobre honorários superiores, fundamentando sua atuação no princípio do desinteresse financeiro.
- d) A recusa de Mariana violaria o princípio da diligência, que impõe o dever de aceitar qualquer patrocínio solicitado por partes hipossuficientes.

Questão 23

O advogado Dr. Roberto foi procurado por uma cliente idosa e em situação de vulnerabilidade econômica para ingressar com uma ação previdenciária de concessão de benefício. Percebendo a falta de instrução da cliente, Roberto propôs a assinatura de um contrato no qual estipulava que 80% do valor retroativo a ser recebido ficaria retido para si a título de "taxa de urgência", além de protelar dolosamente o andamento do feito para aumentar o montante de juros sobre os honorários incidentes. Analisando a conduta do profissional sob a ótica da Deontologia Forense, assinale a alternativa correta:

- a) A conduta é ética e válida, haja vista que vigora no Direito Privado a autonomia da vontade e a livre pactuação de honorários advocatícios.
- b) Dr. Roberto violou os princípios do desinteresse e da correção profissional, pois priorizou o ganho financeiro desproporcional e agiu sem lealdade e transparência com a cliente.
- c) Dr. Roberto atuou respaldado no princípio da discricionariedade, que confere ao advogado total liberdade para fixar margens de lucro acima das tabelas institucionais.
- d) A conduta atende ao princípio da conduta ilibada, tendo em vista que a busca pelo lucro maximizado é o objetivo primordial das profissões liberais.

Questão 24

José é advogado de João em processo judicial que este promove contra Matheus. Encantado com as sucessivas campanhas de conciliação busca obter o apoio do réu para um acordo, sem consultar previamente o patrono da parte contrária, Valter. Nos termos do Código de Ética, deve o advogado:

- a) buscar a conciliação a qualquer preço por ser um objetivo da moderna Jurisdição.
- b) abster-se de entender-se diretamente com a parte adversa que tenha patrono constituído, sem o assentimento deste.
- c) entender-se com as partes na presença de autoridade sem necessidade de comunicação ao ex adverso.
- d) participar de campanhas de conciliação e, caso infrutíferas, tentar o acordo extrajudicial diretamente com a parte contrária.

Questão 25

João, além de advogado, é próspero fazendeiro no Estado W. Após fiscalização regular, é comunicado que seus trabalhadores estão em situação irregular, análoga à de escravidão. Nos termos do Código de Ética, o advogado deve:

- a) ignorar a comunicação, porque são separadas as atividades de advogado e fazendeiro.
- b) atuar como advogado na defesa da situação considerada irregular, ignorando as acusações.
- c) defender sua atuação como fazendeiro que obedece a regras peculiares e costumeiras.
- d) deixar de prestar concurso a atos que atentem contra a dignidade da pessoa humana.